

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

| |
|--|
| Identificação da Escola:Colégio Cedros |
| Círculo: Porto |
| Sessão:17 de janeiro de 2014 |

Projeto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

O País depara-se hoje, e de forma cada vez mais premente, com uma grave crise demográfica. Os Censos de 2011 descrevem-nos uma realidade que, pelo seu caráter abissal, preocupa a sociedade em geral e as instâncias governativas em particular. Os idosos representam 19% da população, ao passo que os jovens são apenas 15%. A idade média da população aumentou, assim como o índice de envelhecimento. As famílias são hoje mais pequenas e o peso das famílias numerosas decresceu.

Sabe-se também que, em 2012, a taxa de crescimento natural foi de -1,7‰ e que o índice sintético de fecundidade foi de 1,28, muito abaixo de 2,1, valor considerado mínimo para assegurar a renovação de gerações. Em 2011, para cada 100 jovens, havia 130 idosos. Perante tais factos, não podemos deixar de ficar inquietos: vivemos num país em que nascem cada vez menos crianças e em que a população envelhece a um ritmo assustador.

Esta situação acarreta, pois, graves consequências para Portugal. A sustentabilidade da Segurança Social é posta em causa por uma população ativa que decresce e por uma população inativa que aumenta exponencialmente. Neste momento, aliás, há mais portugueses a depender de apoios sociais (4,8 milhões) do que trabalhadores a pagar contribuições (4,5 milhões).

Contudo, temos consciência de que este Inverno demográfico não é um fenómeno exclusivamente nacional e que as suas causas estão bem enraizadas na cultura europeia atual. Os valores individualistas que se afirmaram no século passado tornaram mais difícil a conciliação da vida familiar e profissional, a família perdeu importância, o controlo de natalidade generalizou-se e a idade média do casamento aumentou.

Como tal, não podemos deixar de salientar a importância da existência de uma estratégia europeia, por um lado, e de uma verdadeira mudança de mentalidades, por outro, que poderão efetivamente solucionar este problema.

Nesse sentido, e com a firme crença de que um investimento nesta matéria é não só vital como também benéfico para o Estado português, propomos a aplicação das medidas abaixo mencionadas.

As duas primeiras propostas tratam-se essencialmente de uma ajuda financeira concedida pelo Estado às famílias, com vista à promoção da natalidade. De facto, de acordo com um estudo divulgado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas em 2009, as mulheres portuguesas desejam ter 3 filhos, em média. O principal obstáculo à não concretização deste

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

desejo prende-se fundamentalmente com dificuldades económico-financeiras, particularmente no que diz respeito à falta de condições para suportar alimentação, vestuário e despesas escolares. Entre as medidas a adotar, as mulheres portuguesas davam prioridade aos apoios financeiros estatais. Conhecemos evidentemente o estado das finanças públicas, mas não podemos deixar de considerar este investimento como fundamental para salvaguardar o direito das gerações vindouras ao desenvolvimento sustentável. A última proposta pretende contrabalançar as duas primeiras, na medida em que reduz o agravamento do défice orçamental causado por elas. Consideramos que, no contexto atual em que a sociedade sofre com as vicissitudes de uma crise económica e demográfica, o Estado não deve recorrer ao dinheiro dos contribuintes para financiar a perpetuação da baixa natalidade.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objetividade, sem alíneas)

1. Permitir deduções de despesas essenciais com os filhos, em sede de IRS, com um valor inferior a 3000 euros por ano.

2. Recalibração das normas relativas ao abono de família para crianças e jovens. A atribuição do abono deve ser generalizada a todos os agregados familiares que auferam um rendimento anual inferior a 60.000 euros, e deve ter em conta o número de filhos. Dever-se-á também proceder a um aumento gradual dos montantes a atribuir, cujo valor não deve ser inferior a 50 euros nem superior a 150 euros, variando de acordo com os diversos escalões.

3. Cessação do financiamento estatal, através do Serviço Nacional de Saúde, à interrupção voluntária da gravidez (IVG), salvo nos casos de violação e de grave perigo para a saúde da mãe. Suspensão da atribuição do subsídio por interrupção da gravidez e do subsídio social por interrupção da gravidez nos casos de IVG.